

Aspectos económicos da desigualdade linguística



Áron Lukács

Consultor: D-ro Gergely Kovács

Escola Superior de estudos modernos de comércio e negócios

(College for Modern Business Studies)

Tatabánya, Hungria

2007

ÍNDICE

Resumo	3
Introdução	4
I. Os custos da aprendizagem de línguas	5
1. Custos directos da aprendizagem de línguas.....	5
2. Custos suplementares da aprendizagem de línguas.....	8
II. Os custos das perdas de informação devido às dificuldades de comunicação	9
III. Os custos adicionais para a sociedade e para a economia	11
IV. Desvantagens para quem não fala a «língua conveniente» como língua Materna	13
V. Vantagem concorrencial do Reino Unido na UE em consequência da desigualdade linguística	14
1. Custos directos da aprendizagem de línguas.....	17
2. Custos suplementares da aprendizagem de línguas.....	17
3. Custos resultantes de outros factores.....	17
4. Síntese.....	18
VI. Sugestões para minorar o problema	19
Bibliografia	20

Resumo

As actividades dos Estados-Membros e da União Europeia "são realizadas em conformidade com o princípio de uma economia de mercado aberto à livre concorrência " (artigo 4 ° do Tratado que institui a Comunidade Europeia, versão consolidada). Este estudo descreve a aplicação prática deste princípio fundamental da União Europeia no campo da utilização das línguas. A conclusão deste estudo é que, na situação actual, a utilização de línguas da UE distorce o mercado e impede a livre concorrência. No curto prazo, isso beneficia os cidadãos e as empresas de alguns países da UE, mas prejudica os cidadãos e as empresas da maioria dos outros Estados-Membros. A longo prazo, este é um obstáculo ao desenvolvimento económico mais eficiente da UE como um todo.

A aprendizagem das línguas na UE tem um custo de cerca de 60 mil milhões de euros por ano. Este montante não inclui o custo das viagens e estadias noutros países com o fim de aprender línguas. Para as pessoas que visitam apenas a Grã-Bretanha, o montante atingiu cerca de 13 mil milhões de euros por ano.

Se também considerarmos o tempo gasto a aprender línguas e se avaliarmos esse tempo (com base na média dos custos do trabalho na UE), alcançamos um total de 210 mil milhões de euros gastos por ano.

As despesas de tradução e interpretação são muito menores, mas não insignificantes: cerca de 6 mil milhões de euros por ano.

Haveria mais factores a ponderar, mas eles são difíceis de quantificar. Incluem, por exemplo, a perda de informações devido a problemas de linguagem ou dificuldades encontradas por alguns intervenientes na cooperação económica internacional e outras formas de cooperação. Uma estimativa do custo desses factores para a UE elevaria o montante para, pelo menos, 70 mil milhões de euros por ano.

Chega-se assim, a uma factura total de cerca de 350 mil milhões por ano, equivalente a mais de 3% do PIB da União Europeia (ver figura, para o ano de 2005).

No entanto, o maior problema não reside, provavelmente, apenas no quantitativo, mas na repartição desse montante. É principalmente a Grã-Bretanha que colhe os benefícios desta situação, enquanto a maioria dos outros países estão a perder dinheiro. Segundo estimativas deste estudo, os cidadãos dos outros Estados-Membros da UE pagam à Grã-Bretanha, em cada ano, cerca de 900 euros por pessoa de modo indirecto. Este processo desenrola-se há já muitos anos, e a factura não pára de aumentar. Imaginando que isto continuará ao longo de um período de 20 anos, a uma taxa de juros de 10%, o custo atingirá cerca de 55 000 euros por pessoa

Introdução

Este estudo analisa em que medida a situação linguística actual da UE responde aos princípios da economia de mercado e à necessidade de uma concorrência leal no mercado.

O Tratado que institui a Comunidade Europeia (de agora em diante iremos referi-lo como o Tratado) declara o seguinte (1):

"Artigo 4º.

1. Para os fins previstos no artigo 2º, as actividades dos Estados-Membros e da Comunidade em conformidade com as condições e prazos fixados pelo presente Tratado, assentam numa política económica baseada na estreita coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros, no mercado interno e na definição de objectivos comuns, e conduzida em conformidade com o princípio de um mercado aberto onde a concorrência é livre. "

O Tratado estabelece ainda as obrigações que são incumbidas aos Estados-Membros para permitir "uma economia de mercado aberto e de livre concorrência". Estas obrigações implicam que os Estados-Membros não podem intervir no sentido de falsear a concorrência nos mercados e garantir uma vantagem competitiva injusta para certos sectores da economia, empresas ou para a integridade de um Estado-Membro.

Neste contexto, é relevante fazer uma nota explicativa sobre o significado da competitividade dos países. Embora alguns autores argumentem que a competitividade não pode ser definida para a totalidade de um Estado, mas apenas para as empresas ou grupos empresariais, esta opinião é contestada por muitos outros, incluindo eu próprio. Eu acho que aqueles que acreditam que a competitividade existe também à escala de um país, têm esse direito. Por exemplo, a OCDE define este conceito como se segue: "É o grau em que um país pode, em condições de livre concorrência do mercado, não distorcida, produzir bens e serviços que satisfaçam as exigências dos mercados internacionais, mantendo e ao mesmo tempo aumentando o rendimento real da população a longo prazo. " (2)

Uma outra respeitável e reconhecida instituição internacional, o Fórum Económico Mundial na Suíça, publica regularmente estatísticas mostrando a competitividade de cada país (3).

No que diz respeito a este estudo, é importante notar que o Tratado prevê cuidados para atenuar as diferenças de desenvolvimento económico entre os Estados-Membros e entre as regiões.

"Artigo 158.

Para promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade, esta deve desenvolver e prosseguir os seus esforços no sentido de reforçar a sua coesão económica e social. Em

particular, a Comunidade tem por objectivo reduzir a diferença entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões ou ilhas menos favorecidos, incluindo as zonas rurais ".

De acordo com o artigo acima citado, é necessário examinar em que medida as dificuldades de comunicação afectam a competitividade de cada um dos Estados-Membros no seio da União Europeia, em que medida distorcem o mercado e como eles beneficiam da economia de certos países e / ou a desvantagem de outros. Não é particularmente necessário prestar atenção aos efeitos da situação em que a desvantagem causada pelas dificuldades de comunicação é insignificante (embora aspectos de ordem cultural ou outros advoguem em favor de certas reformas, mas isso não é tema deste estudo). No entanto, no caso em que as dificuldades de comunicação distorcem significativamente a competitividade do mercado, algumas acções, no espírito do Tratado, deveriam ser efectuadas.

I. Custos da aprendizagem de línguas

Aprender línguas gera muitos custos que podem ser classificados em dois grupos principais:

1. Custos directos da aprendizagem de línguas
2. Custos suplementares da aprendizagem de línguas

1. Custos directos da aprendizagem de línguas

Neste capítulo, analiso os custos anuais pagos pelo Estado e pelo indivíduo para aprender línguas estrangeiras na Hungria e na União Europeia. Diversos estudos mostram que uma pessoa, com capacidades de aprendizagem situada na média, necessita de 2.000 horas de trabalho para controlar a sua primeira língua estrangeira a um nível que lhe permita utilizá-la para conversas de nível elevado ou mesmo para a praticar a um nível satisfatório no trabalho. No entanto, este conhecimento é menor do que um nativo teria da língua e, por conseguinte, o exercício da língua, por um não-nativo é menos competitivo confrontado com a facilidade de um nativo. Este ponto será discutido mais tarde, no capítulo "Desvantagens para aqueles que não falam a «língua conveniente» específica como língua materna ". O período de 2000 horas acima mencionado, corresponde exactamente a um ano de trabalho completo. Dominar uma segunda língua estrangeira requer normalmente 20% de menos tempo do que o necessário para aprender a primeira, o que correspondente a 1600 horas de trabalho.

Os custos directos da aprendizagem de línguas pelos indivíduos (a compra de livros, cadernos, etc. ...) existem mesmo que o Estado financie a aprendizagem, no entanto, em comparação com os montantes suportados pelo Estado, estas despesas são relativamente baixas.

Segundo um estudo realizado na Suíça, o ensino de línguas estrangeiras é 10% do custo total da educação. O estudo, que tem em conta o custo de diferentes métodos de ensino em diferentes escolas, assegura que o rácio não difere de um país para outro e dá-nos um valor comparável (as despesas variam entre 5 e 15%) (4).

De acordo com a base de dados do Serviço de Estatística da Hungria, KSH (5), os gastos do governo para a educação pública elevou-se a 1170 mil milhões de forints em 2005. Em 30 de Setembro de 2008, um euro equivale a 243,17 forints húngaros (HUF abreviação), de acordo com dados a partir do portal do Banco Nacional Húngaro. Esta base de dados KSH permitiu-nos também conhecer o montante de despesa média por pessoa /ano de formação. (6) Em 2005, esse montante ascendeu a 5418 HUF por ano, cobrado sobre o rendimento líquido (pós pagamento dos impostos). E convém considerar igualmente o imposto sobre o salário e a contribuição para a segurança social. Estes impostos e taxas representam em média um montante equivalente ao salário líquido. Na medida em que os gastos com educação são maioritariamente pagos por pessoas economicamente activas (os aposentados pagam relativamente pouco), os HUF 5418 devem ser multiplicados por pelo menos 1,7 – esta é uma estimativa grosseira, tendo em conta outros factores. Assim, em 2005, a contribuição média de um indivíduo para financiar a Educação era de 9210 HUF. Se considerarmos os 10 milhões de habitantes, podemos concluir que a despesa pública directa era de 100 mil milhões HUF para a educação. Então todo o dinheiro gasto em educação em 2005 totalizou 1.300 mil milhões HUF. 10% deste montante é equivalente a 130 mil milhões de forints. (Entre as despesas de um indivíduo para a educação geral, a proporção dispendida para a aprendizagem de línguas é evidentemente maior do nos gastos governamentais, mas considerando que os custos suportados a título pessoal são relativamente pequenos em proporção ao custo total, vamos usar o valor de 10% para simplificar). Em 2005, o PIB foi de 22 biliões de HUF e 130 mil milhões representam 0,6% do PIB!

A tabela 1 da próxima página mostra as proporções e os montantes das despesas públicas para a educação na União Europeia no ano de 2003 (os valores relativos à última coluna correspondem a cálculos pessoais) (7).

Tabela 1: Despesas públicas para a educação e ensino de línguas

	Despesas governamentais com o ensino (mil milhares de euros segundo o poder de compra)	Despesas governamentais com o ensino (em % do PIB)	Despesas privadas para a aprendizagem (em % do PIB)	Despesas para o ensino das línguas (mil milhares de euros segundo o poder de compra)
UE-25	515,6	4,9	0,6	57,873
UE-15	470,5	4,9	0,6	52,811
Região -euro	364,1	4,8	0,6	40,961
Austria	11,7	5,2	0,3	1,238
Bélgica	16,1	5,8	0,4	1,721
Rep. Checa	6,8	4,3	0,4	0,743
Dinamarca	11,7	6,7	0,3	1,222
Estónia	0,8	5,3	:	0,080
Finlândia	8,2	6,0	0,1	0,834
França	88,5	5,7	0,6	9,782
Alemanha	91,5	4,4	0,9	11,022
Grécia	8,2	3,9	0,2	0,862
Espanha	38,2	4,2	0,5	4,275
Hungria	7,8	5,5	0,6	0,865
Irlanda	5,1	4,1	0,3	0,547
Itália	64,1	4,5	0,4	6,980
Chipre	0,9	6,5	1,4	0,109
Letónia	1,1	4,9	0,8	0,128
Litânia	1,8	4,8	0,5	0,199
Luxemburgo	0,9	4,0	:	0,090
Malta	0,3	4,4	1,4	0,040
Holanda	22,3	4,5	0,5	2,478
Polónia	21,9	5,6	0,7	2,464
Portugal	9,3	5,5	0,1	0,947
Eslovénia	2,0	5,4	0,9	0,233
Eslováquia	2,6	4,3	0,5	0,290
Suécia	16,8	6,6	0,2	1,731
Reino Unido	77,8	5,1	1,0	9,305

Fonte: suplemento do anuário de 2002 GFS

O produto interno bruto (PIB) da União Europeia (UE-25) foi de 10 817 mil milhões de euros em 2005 (8), o que significa que, no ano em análise, os países membros da Comunidade gastaram 60 mil milhões de euros para a aprendizagem de línguas.

Mas este valor está longe de ser a despesa mais significativa! Os custos suplementares são muito mais elevados. No entanto, antes de o demonstrar, vou mencionar alguns outros elementos sobre os custos directos.

Em primeiro lugar, os números acima não incluem o custo dos cursos de língua no estrangeiro para a aprendizagem de uma língua estrangeira (despesas de viagem, despesas de alojamento, etc.). Pelos dados relativos ao Reino Unido sobre a aprendizagem da língua pode-se concluir que::

- Todos os anos são publicados 800 milhões de livros para o ensino de inglês.
- Todos os anos, 700 000 pessoas vão para a Grã-Bretanha para aprender inglês.
- Em 2005, estas pessoas gastaram aproximadamente 2,6 mil milhões de euros na GB. Entretanto, de acordo com Phillipson (9), o Reino Unido recebe todos os anos 13 mil milhões de euros graças ao ensino do inglês. De acordo com Grin (10), em 2004, este montante foi de 15 mil milhões de euros que, com juros, equivale a 17,4 mil milhões de euros. Existe uma grande diferença entre estes dois valores, mas é possível que o efeito multiplicador desempenhe um papel. Este fenómeno é também observável, por exemplo para investimentos e para infra-estruturas.

Resumindo os resultados dos cálculos acima citados, pode-se estimar por alto que o conjunto dos custos directos da aprendizagem de línguas na União Europeia excede 70 mil milhões por ano.

Examinamos de seguida os custos suplementares da aprendizagem das línguas e registamos a proporção entre eles e os custos directos referidos anteriormente.

2. Custos suplementares da aprendizagem de línguas

Os custos suplementares da aprendizagem de línguas resultam das actividades ou realizações potenciais que poderiam ser feitas durante o tempo "desperdiçado".

Se se considerar um ano de tempo de trabalho, podemos dizer que aqueles que estudam uma língua estrangeira começam a trabalhar um ano mais tarde do que aqueles que não a estudam. Isto significa não apenas uma perda de receita para eles, mas também uma diminuição do desempenho da economia nacional. Significa, também, um ano a menos da colecta de impostos para o Estado. Assim, a sociedade deve subvencionar as necessidades de uma geração em mais um ano. (Claro, conhecer línguas traz também vantagens financeiras, mas isso não se inclui no tema deste estudo.)

Se tivermos em conta o salário médio líquido (com base nos dados KSH, foi de 104 000 HUF, em 2005), o montante perdido, por assalariado, foi de $12 \times 104\,000$, ou seja, 1 248 000 forints, por ano). Como os impostos e contribuições sociais não puderam ser cobrados, isso significa também uma perda de receitas para as finanças públicas, cujo défice corresponde aproximadamente ao montante do salário líquido individual.

A base de dados KSH também nos informa que, em 2005, o número de trabalhadores da Hungria ascendeu a 4,2 milhões de pessoas. Assim, o total dos custos salariais, incluindo impostos e contribuições sociais, foi de $1\,248\,000 \times 4\,200\,000$, ou seja, 5,242 bilhões HUF para a economia nacional. Se calcularmos em média 40 anos de actividade laboral, a perda equivale a 1/40 desse montante por ano, portanto 131 mil milhões HUF (anualmente 1/40 do total dispendido em 40 anos). Isto corresponde a 0,6% do PIB.

De acordo com dados do Eurostat, em 2005, na União Europeia dos 25, o custo médio de trabalho foi de 21,2 € por hora. A proporção de assalariados era de 63,8% da população com idades entre 15 e 64 anos. (Este grupo etário corresponde a 67,2% do total da população, ou seja, 308,8 milhões de pessoas, dado que a população total da UE é de 459,5 milhões de pessoas). Isto significa que o número total de assalariados era de 198 milhões. Multiplicado pelo número de horas de trabalho acima calculado, com base em 2000 horas de trabalho por ano, é $21,2 \times 2000 \times 198\,000$, ou seja, 8,395 bilhões de euros. Dividindo por 40, temos 210 mil milhões, que são, por ano, os custos suplementares da aprendizagem de línguas. Isto equivale ao triplo do custo directo da aprendizagem de línguas!

Note-se que os números agora referidos são para a aprendizagem de apenas uma língua estrangeira. Naturalmente, quando são aprendidas várias línguas estrangeiras, os custos são muito mais elevados. Por outro lado, há, sem dúvida, um certo número de pessoas que nunca aprenderam uma língua estrangeira, e, por esta razão, o montante referido deve ser rebaixado. Penso, no entanto, que no mundo de hoje é essencial aprender línguas estrangeiras e que, mais cedo ou mais tarde, toda a gente tem que fazê-lo.

Acrescentemos ainda que esta questão (tal como os custos) diz respeito principalmente às pessoas que não têm o inglês como língua materna. Os falantes nativos de inglês têm uma grande vantagem na UE. Voltaremos mais tarde e com mais detalhe a este assunto.

II. Custo das perdas de informação devido às dificuldades de comunicação

A perda de informação é um problema sério, como se comprova em diferentes ocasiões. Isto reflecte-se principalmente em desvantagens para as pessoas que não comunicam em inglês.

A interpretação é o meio de transferência de informação durante o qual são perdidos uma parte significativa dos dados. Isto também se aplica aos intérpretes experientes e altamente treinados, que estão empregados nas instituições da União Europeia, em Bruxelas. Podemos citar como exemplo as reuniões dos Conselho Europeu que são reuniões para consulta e decisões dos Chefes de Estado ou de Governos dos Estados-Membros. Durante estas reuniões, o representante de cada país fala na sua

língua materna. Mesmo durante as reuniões de grupos de trabalho formados por especialistas, os participantes falam frequentemente a sua própria língua. Nestas situações, os falantes de inglês têm uma enorme vantagem por duas razões.

Em primeiro lugar, porque, na prática, todos os participantes compreendem inglês, podem compreender os representantes da Grã-Bretanha sem interpretação, enquanto que para compreenderem os representantes de outros países devem ouvir uma terceira pessoa, o intérprete. A experiência mostra que por essa razão as intervenções dos não britânicos são muitas vezes incompreensíveis para os outros. Muito frequentemente os peritos devem esclarecer os peritos não anglófonos sobre que é que o orador esteve a falar (por exemplo, o dirigente de um certo país, cuja intervenção é interpretada na língua dos outros participantes). Assim, os britânicos têm uma vantagem única durante os debates e podem mais facilmente impor o seu ponto de vista.

Por outro lado, um problema adicional é que, nas instituições da UE, é impossível interpretar directamente em todas as línguas, devido ao grande número de idiomas em causa. No caso de 25 línguas, seriam necessárias 600 combinações diferentes (25x24). Além disso, existe uma regra nas instituições da UE que estipula que o intérprete tem o direito de interpretar apenas para a sua língua materna. Contudo, é impossível empregar tantos intérpretes, quantos os necessários para cumprir esta regra e uma interpretação desta magnitude torna muito difícil o recrutamento de especialistas para atender a tarefa. Seria necessário, por exemplo, para cada reunião (reunião de primeiros-ministros, reunião de ministros das finanças, dos transportes, etc. ...) pôr sempre à disposição dos participantes no debate, intérpretes que falassem húngaro, para traduzir do lituano, letão, estónio, português e outras línguas da União Europeia para húngaro.

Para evitar este problema, as primeiras intervenções são traduzidas para uma língua intermediária – geralmente inglês – e depois traduzidas da língua intermediária para outros idiomas. A dupla interpretação leva a uma perda múltipla de informações. (Numerosas experiências mostram que os exemplos de incidentes de tradução são diários durante as interpretações, como no trabalho humorístico de Frigyes Karinthy. O famoso escritor e poeta húngaro na sua obra intitulada *Mőfordítás* ("Tradução de um poema") traduziu um poema várias vezes do húngaro para alemão e vice-versa: no fim, o significado do poema tinha-se alterado completamente.

Na prática, dirigir-se às instâncias da União Europeia em língua diferente do inglês (ou talvez do francês), representa custos significativos para pessoas particulares, empresas e outras instituições. Teoricamente, é possível contactar as instituições da União Europeia na língua oficial de qualquer Estado-Membro. Na prática, no entanto, se alguém escreve às instituições num idioma diferente do inglês ou, talvez do francês, a pessoa encarregada de receber o correio, não o compreende pois não lê a língua em questão. Como a tradução oficial dessa correspondência é morosa, o administrador vai

procurar um colega para obter uma primeira descrição dos conteúdos gerais ou uma tradução aproximada. Por um lado, atrasa todos no seu trabalho – é uma razão pela qual os directores não apreciam este tipo de correio – por outro, estas "traduções – relâmpago" geram novas perdas de informações importantes. Outra desvantagem é que o remetente só obtém uma resposta tardiamente.

As perdas de informação não ocorrem unicamente aqui. Nas empresas, instituições de investigação, etc., a comunicação é grandemente prejudicada quando se usa diferentes línguas. Isso dá-se de diferentes formas: por exemplo, não ser capaz de enviar em tempo útil a informação adequada a um parceiro; os participantes em conferências e reuniões comerciais não conhecendo um determinado idioma estão em desvantagem; aqueles que não conhecem o inglês em geral dificilmente compreendem as normas do sector industrial difundidas quase só em inglês. Isto representa um custo relativamente grande para a economia nacional da maior parte dos países.

III. Os custos adicionais para a sociedade e para a economia

Na maioria dos países, as diferentes organizações e empresas gastam uma grande quantidade de dinheiro para poderem comunicar em línguas estrangeiras (principalmente em inglês). Para traduzirem as suas publicações e folhetos em inglês suportam despesas significativas. No portal da internet, a informação é também disponibilizada em línguas estrangeiras, normalmente em inglês (por vezes só a informação mais importante, mas com a prática, em regra, colocam-no em duas línguas). Atrair e manter negociadores que falam várias línguas estrangeiras requer uma grande disponibilidade de fundos. O montante gasto para a interpretação e tradução foi avaliado em 5 mil milhões de euros aproximadamente, na Europa dos 15 (11). Na sequência do último alargamento, em 2004, a população da UE aumentou 19,3%, mas o rendimento nacional dos novos Estados-Membros equivale apenas a aproximadamente 50% do dos antigos Estados-Membros. Nesta base podemos deduzir que o mercado cresceu 10%. Assim, na UE-25, o montante despendido com a tradução e a interpretação foi de 5,5 mil milhões de euros, em 2004 (12).

No caso de uma distribuição igualitária, cada país deve partilhar os custos da comunicação linguística em função da proporção da sua população na União Europeia. Na Figura 1, mostro a população da Grã-Bretanha em comparação com a dos outros Estados-Membros. Na Figura 2, podemos observar que, no que diz respeito à comunicação linguística, a relação não é a mesma, uma vez que, de acordo com a Comissão Europeia, o inglês representa 50%!

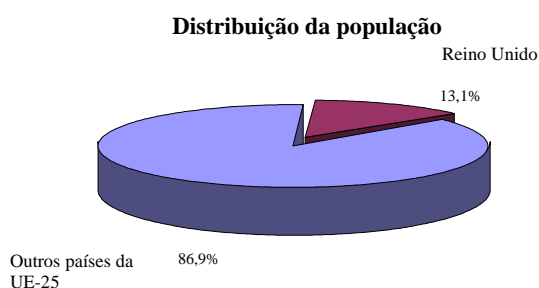


Fig. 1



Fig. 2

Portanto, se se considerar a distribuição da população, a comunicação para inglês ou do inglês deve ser igual a 13% dos custos ou seja 0,72 mil milhões de euros. No entanto, este custo eleva-se neste momento a 2,76 mil milhões de euros, que corresponde ao quádruplo do número anterior! Os Estados-Membros, por conseguinte, pagam cerca de 2 mil milhões de euros extra só para comunicar através do inglês. Este monopólio linguístico dá benefícios adicionais àqueles que falam uma língua dominante. Os falantes da língua dominante têm também benefícios pois podem oferecer alguns serviços (tais como educação, interpretação, tradução, revisão ou a publicação de textos na sua língua, através do fornecimento e exportação de materiais educativos). Ao rever o material ou os portais da internet da Grã-Bretanha, dificilmente poderemos encontrar outra língua que não o inglês, enquanto que, em contrapartida, nos outros países qualquer grande organização tem o seu portal disponível em língua inglesa.

IV. Desvantagens para quem não fala a «língua conveniente» como língua materna

As desvantagens para aqueles que não falam a língua de comunicação como língua materna são muito diversas e muito difíceis de avaliar devido ao efeito multiplicador. Mesmo que alguém seja muito experiente na sua profissão, deficiências na comunicação de falante não-nativo podem impedir a sua progressão.

Um beneficiário húngaro de uma bolsa do Estado que passou um ano no estrangeiro e se diplomou com grau de distinção em economia – por um lado, através da sua formação e por outro lado graças a estágios práticos – contou-me esta história instrutiva: "Aqui na Hungria, se trabalhamos com um inglês nativo, temos de nos adaptar a ele. Na nossa empresa, por exemplo, há um colega britânico que não fala húngaro, e por causa dele todos devem falar inglês. Seja qual for o tema que estamos a falar, fazêmo-lo em inglês. Numa discussão, os argumentos do colega britânico são sempre mais bem expressos, mais bem sustentados do que os nossos expressos em inglês como língua estrangeira. Se nós pudéssemos pensar em húngaro, o resultado seria muitas vezes diferente! "

Segundo ele, há outros benefícios excessivos decorrentes do simples facto de se falar inglês como língua materna:

"Seguimos as apresentações áudio em inglês donde temos de extrair informações sobre sectores da indústria, produtos, etc. ... Todos devem passar por um teste deste tipo! Todos, excepto ele, por causa da sua língua materna! Muitas vezes, não sabe certas coisas e faz-nos perguntas. Por que não tem que se submeter ao teste? As apresentações até são em inglês... "

Esta não é, obviamente, uma situação isolada, relativa a uma empresa. Outra parte do seu depoimento referia-se à situação dos trabalhadores que dominam mal o inglês:

"Durante uma reunião, por exemplo, se alguém não se expressa bem o inglês nem se atreve a falar, mas se a conversa fosse em húngaro, a mesma pessoa provavelmente falaria. Porém não é sequer imaginável que ele fale apenas em húngaro durante a reunião."

Registe-se que os nativos ingleses recebem um salário mais elevado do que os húngaros, para que lhes valha a pena trabalhar na nossa terra, ao mesmo tempo que trabalham muito menos e têm menos entusiasmo que os trabalhadores húngaros.

O ano de trabalho em falta por causa de aprendizagem de línguas deve também ser referido no balanço porque, enquanto uma pessoa aprende uma língua estrangeira, o inglês de nascimento – britânico ou irlandês, no caso da Europa – pode passar o tempo a aperfeiçoar-se na sua área de competência profissional ou noutras áreas, usufruindo, portanto, uma vantagem competitiva injusta sobre todos os outros.

V. Vantagem concorrencial do Reino Unido na UE, uma consequência da desigualdade linguística

É bem sabido que a predominância do uso do inglês tem muito peso nas relações internacionais no seio da União Europeia. Nos Estados-Membros, a taxa de ensino do inglês como língua estrangeira aumenta e, como é mostrado na tabela 2, o número de falantes de inglês no grupo etário dos trabalhadores mais jovens também aumenta (os valores na tabela reflectem as percentagens).

Tabela 2: Conhecimentos de inglês nos Estados-Membros da UE por grupo etário, ano 2000

País	Idade						Total do país
	15-25	26-44	45-64	65+	A maior diferença entre os grupos etários analisados	A diferença entre o grupo etário dos 15-25 e o dos 26-44	
Alemanha (ocidental)	54,8	40,4	32,3	13,8	41,0	14,4	34,6
Alemanha (oriental)	47,7	22,5	10,9	4,0	43,7	25,2	18,6
Áustria	50,9	33,6	18,6	10,2	40,7	17,3	29,4
Bélgica	49,5	33,8	24,7	8,7	40,8	15,7	29,5
Dinamarca	74,4	66,2	50,2	31,3	43,1	8,2	56,1
Espanha	29,8	18,7	6,0	1,3	28,5	11,1	15,3
Finlândia	59,6	47,4	21,3	6,2	53,4	12,2	36,9
França	42,0	28,7	15,2	5,4	36,6	13,3	24,4
Grécia	67,3	36,9	12,0	4,9	62,4	30,4	29,4
Itália	45,3	26,9	7,8	2,3	43,0	18,4	21,5
Luxemburgo	46,2	43,5	36,0	32,5	13,7	2,7	40,3
Holanda	76,0	73,2	53,0	38,1	37,9	2,8	63,7
Portugal	42,6	24,9	9,7	2,3	40,3	17,7	21,3
Suécia	93,1	86,9	72,5	55,1	38,0	6,2	78,3
UE-15 *	40,2	30,3	18,5	8,5	31,7	9,9	24,6

* Inclui igualmente o Reino Unido e a Irlanda. (Fonte: Eurobarómetro)

Tabela 3: As três línguas mais utilizadas em cada Estado-Membro e em cada Estado-candidato da UE em 2005.

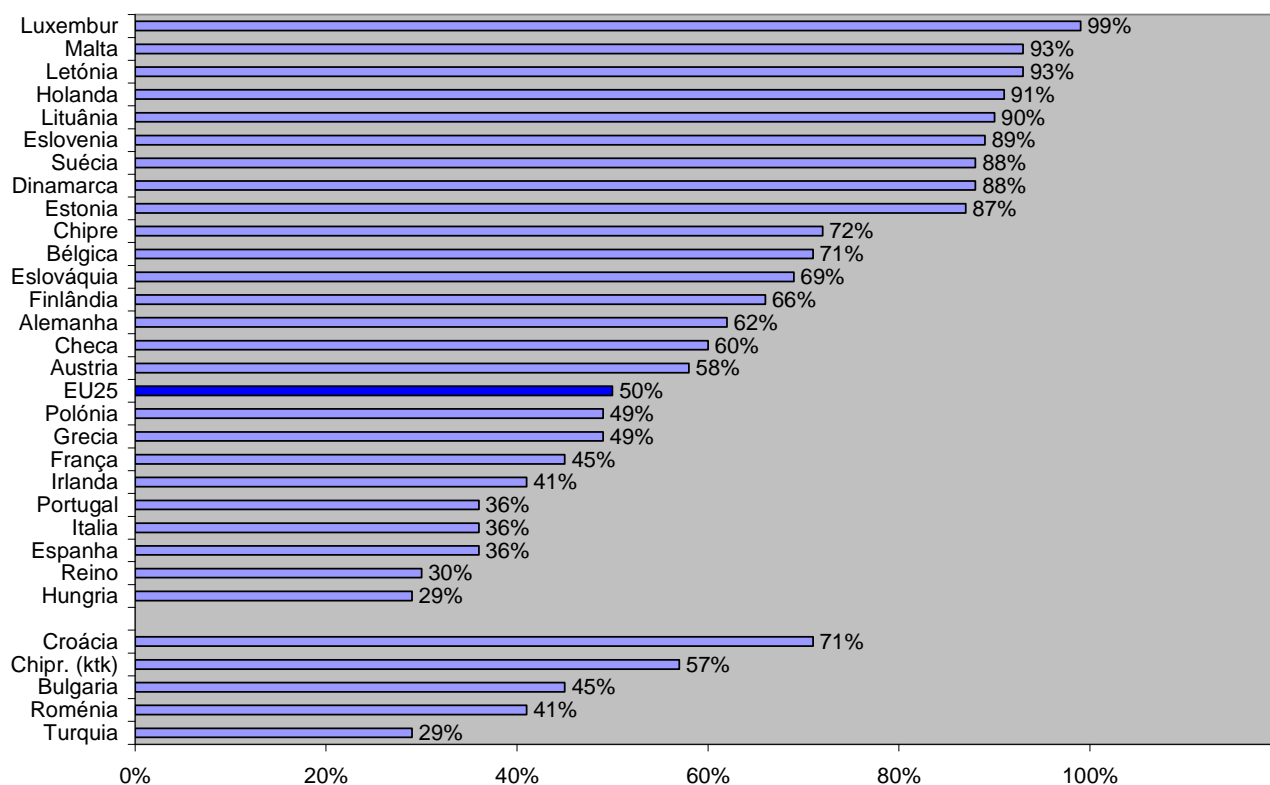
Bélgica		República Checa		Dinamarca	
Inglês	52%	Alemão	31%	Inglês	83%
Francês	44%	Inglês	24%	Alemão	54%
Alemão	25%	Russo	19%	Sueco	19%
Alemanha		Estónia		Grécia	
Inglês	51%	Russo	62%	Inglês	44%
Francês	12%	Inglês	41%	Francês/Alemão	8%
Alemão	7%	Finlandês/Alemão	18%	Italiano	3%
Espanha		França		Irlanda	
Inglês	20%	Inglês	34%	Gaélico	21%
Espanhol	9%	Espanhol	10%	Francês	19%
Francês	8%	Alemão	7%	Inglês	6%
Itália		Chipre		Letónia	
Inglês	29%	Inglês	71%	Russo	67%
Francês	11%	Francês	11%	Inglês	34%
Alemão/Espanhol	4%	Alemão/Italiano	3%	Letão	24%
Lituânia		Luxemburgo		Hungria	
Russo	79%	Francês	90%	Alemão/inglês	16%
Inglês	26%	Alemão	84%	Russo/Outras	2%
Polaco	17%	Inglês	66%	Várias línguas	1%
Malta		Holanda		Austria	
Inglês	89%	Inglês	87%	Inglês	53%
Italiano	60%	Alemão	66%	Francês	11%
Francês	17%	Francês	24%	Italiano/Outras	8%
Polónia		Portugal		Eslovénia	
Inglês	25%	Inglês	26%	Croata	61%
Russo	24%	Francês	20%	Inglês	56%
Alemão	19%	Espanhol	10%	Alemão	45%
Eslováquia		Finlândia		Suécia	
Checo	31%	Inglês	60%	Inglês	85%
Alemão	28%	Suécia	38%	Alemão	28%
Russo	25%	Alemão	17%	Francês/Norueguês	10%
Reino Unido					
Francês	14%				
Inglês	7%				
Alemão	6%				
Bulgária		Croácia		Roménia	
Russo	21%	Inglês	43%	Inglês	26%
Inglês	15%	Alemão	33%	Francês	17%
Búlgaro	11%	Italiano	12%	Outras	5%
Turquia		Chipre comunidade turca			
Inglês	18%	Inglês	43%		
Turco	6%	Grego	19%		
Alemão	4%	Alemão	5%		

(Fonte: Eurobarómetro)

De acordo com a Tabela 3, o inglês é a língua mais falada nos países da UE: com uma taxa de falantes de 34%, é muito superior ao alemão (12%) e ao francês (11%). Além disso, este domínio tem vindo a aumentar de ano para ano (13).

A Figura 3 mostra que os países membros ou candidatos, onde as pessoas falam menos línguas estrangeiras são a Grã-Bretanha, Hungria e Turquia. Isto prova também que a Grã-Bretanha não gasta muito para o ensino de línguas, e que os cidadãos britânicos realmente não precisam de aprender línguas estrangeiras. Parece que, na actual situação, esperam que todos os Estados-membros compreendam a sua língua, o inglês.

Fig. 3: Percentagens de falantes de línguas estrangeiras nos países membros e candidatos da EU, em 2005



Pelas razões acima expostas, examino e adiciono a seguir os tipos de benefícios competitivos que a Grã-Bretanha goza e quais são as desvantagens suportadas pelos outros Estados-Membros devido à dominância de inglês na UE.

1. Os custos directos da aprendizagem de línguas

Os custos directos para a aprendizagem de línguas elevam-se a 70 mil milhões de euros por ano na UE. Isto também inclui os gastos do Reino Unido. No entanto, a Grã-Bretanha é o país onde as línguas estrangeiras não são normalmente ensinadas. Apenas 3% das escolas ensinam línguas estrangeiras a todos os níveis para todos os alunos, de 20 a 30 minutos por semana. De acordo com um inquérito, não se encontraram mais de três escolas onde fossem dedicadas ao ensino de línguas mais de 50 minutos por semana. No Reino Unido, os gastos por pessoa/ano para a aprendizagem de línguas ascenderam a € 36, de acordo com estimativas aproximadas (14). Em comparação com a França, os britânicos poupam 100 euros por pessoa, com esta educação linguística minimalista. Este valor corresponde a 6 mil milhões de euros por ano economizados. Os gastos totais com o ensino das línguas na Grã-Bretanha elevam-se a 2,165 mil milhões de euros contra os 8,235 mil milhões para a França. Se aplicarmos esta proporção de despesas para os outros Estados-Membros, então deduzimos que as despesas para o ensino das línguas na Grã-Bretanha são mínimos comparados com as despesas de outros países. Assim, nestas proporções, a desvantagem para os outros Estados-Membros ascendem a 70 mil milhões de euros por ano para o ensino de línguas.

2. Custos suplementares da aprendizagem de línguas

Na UE-25, os custos suplementares da aprendizagem de línguas representam 210 mil milhões de euros. Deste montante, deve-se subtrair os custos para o ensino das línguas no Reino Unido, que pelas razões acima mencionadas não são significativos.

3. Os encargos resultantes de outros factores

Neste ponto, reagrupos os fenómenos descritos nos capítulos II-IV (despesas derivadas da perda de informações provocadas por problemas de comunicação, outras despesas suplementares para a vida económica e social, desvantagens para as pessoas que não falam com nível elevado uma determinada língua). É extraordinariamente difícil quantificar as desvantagens causadas pelos custos adicionais decorrentes de "outros factores". Não é possível usar os dados macroeconómicos para esse efeito, mas podemos aplicar o método "de baixo para cima" examinando onde é que estes custos adicionais aparecem nas empresas individuais e nas instituições, e destas informações podemos saber quais os custos para a economia à escala nacional. No entanto, o tempo e os recursos financeiros disponíveis para elaborar este estudo impossibilitam tal investigação. Acredita-se que os custos destes factores são superiores ao custo de aprendizagem de línguas e, por isso, certamente que não exageramos se os calculamos em 70 mil milhões de euros.

4. Síntese

Para resumir os 3 factores acima mencionados, o seu custo é equivalente a 70+210+70 ou seja 350 mil milhões de euros. Assim, o Reino Unido tem muitas vantagens sobre os outros Estados-Membros da União Europeia. Esta soma de dinheiro representa 3,2% do PIB da União Europeia (10, 187 biliões de euros, em 2005). Este montante influencia enormemente a competitividade, quer da UE no seu todo, quer de cada Estado-Membro. Por isso eles deverão preocupar-se seriamente com este problema. A UE, em 2005, contava com 460 milhões de pessoas e a população da Grã-Bretanha atingia os 60 milhões de pessoas. Se excluirmos os britânicos, o resto da população da UE são 400 milhões de pessoas. Se repartirmos os 350 mil milhões por esta população de 400 milhões de pessoas, obtém-se um custo por pessoa de 875 euros. Assim, o Reino Unido tem uma dívida muito elevada para com os cidadãos doutros Estados-Membros. Esta situação é particularmente preocupante por não ser nova e existir há já muito tempo. Assim, os custos desta vantagem competitiva injusta acumulam-se. As taxas de juros sobre o défice do rendimento e o fosso entre as gerações implicam várias outras desvantagens suplementares, mesmo sem contar com a perda de receitas acumuladas para as finanças públicas. (A Irlanda encontra-se, sem dúvida, entre os beneficiários. Todavia, não é justo considerar a situação da Irlanda como equivalente à da Grã-Bretanha, na medida em que a Irlanda foi conquistada e oprimida pelo Reino Unido, assim como lhe foi imposta a língua inglesa. A língua irlandesa contudo está viva e é amplamente utilizada, donde seria muito importante proteger e apoiar a cultura e tradições irlandesas!)

No cálculo acima, não tenho em conta o facto de a competitividade falseada não ser só válida entre Grã-Bretanha e os demais membros: ela existe a nível mundial. À escala mundial, são os Estados Unidos da América os principais beneficiários duma situação de que são os maiores responsáveis. Mas isto deveria ser objecto de outro estudo, porque o presente avalia apenas a grandeza da distorção concorrencial causada pela desigualdade linguística, dentro da União Europeia.

VI. Sugestões para minorar o problema

Como em todos os casos de problemas sociais, o primeiro passo para uma redução do problema é tornar consciente desta situação o público e os decisores políticos, fornecendo-lhes as informações necessárias para serem capazes de agir de forma clara contra o problema que até agora tem sido imprudentemente negligenciado.

Por outro lado, a Comissão Europeia deverá analisar as hipóteses de evitar o problema e, em seguida, tomar decisões tão rapidamente quanto possível, considerando a situação, uma vez que, de acordo com o Tratado que instituiu a Comunidade Europeia, cabe à Comissão Europeia garantir a aplicação dos princípios do Tratado.

Artigo 211

"A fim de garantir o funcionamento e o desenvolvimento do mercado comum, a Comissão:

- Garante as disposições do presente Tratado e as medidas tomadas pelas instituições no seu âmbito,
- Formula recomendações ou pareceres sobre assuntos que são o objecto do presente Tratado, se estiver expressamente previsto ou se o julgar necessário,
- Tem o seu próprio poder de decisão, e participa na formação das decisões do Conselho e do Parlamento Europeu, nas condições previstas no presente Tratado,
- Exerce os poderes que o Conselho lhe dá para a implementação das normas que estabelece. "

Reconhecendo os princípios acima referidos, a questão para mim é saber quando e como a Comissão Europeia vai obrigar a Grã-Bretanha a nos pagar o montante resultante da vantagem competitiva desleal, discutido ao longo do presente relatório.

Bibliografia

1. Tratado da criação das Comunidades Europeias. (o texto nas línguas oficiais da UE encontra-se em http://europa.eu/abc/treaties/index_cs.htm .)
2. Flexibility and Competitiveness: Labour Market Flexibility, Innovation and Organisational Performance (Flex-Com) Final Report Participants: Project is funded by the European Commission DG Research in the framework of Contract HPSE-CT-2001-0009 <http://ec.europa.eu/research/social-sciences/pdf/finalreport/98-3068-final-report.pdf>
O texto original: „*The degree to which a country can, under free and fair market conditions, produce goods and services which meet the test of international markets, while simultaneously maintaining and expanding the real incomes of its people over the long term*”
3. Global Competitiveness Report. World Economic Forum.
<http://www.weforum.org/en/initiatives/gcp/Global%20Competitiveness%20Report/index.htm>
4. Professor François GRIN, L’enseignement des langues étrangères comme politique publique. Rapport établi à la demande du Haut Conseil de l’évaluation de l’école, Septembre 2005
5. Magyar Statisztikai Évkönyv 2005, KSH, Budapest, 2006
6. Háztartásstatisztikai Évkönyv 2005. KSH, Budapest, 2006
7. Supplement to the 2002 GFS Yearbook, IMF
8. Europe in figures. Eurostat yearbook 2006-07
9. Phillipson, Robert, 2003: English-Only Europe? London: Routledge.
10. Professor François GRIN, L’enseignement des langues étrangères comme politique publique.
11. ASSIM, 2000 : Évaluation de l’incidence économique et sociale du multilinguisme en Europe. Rapport final—Phase 3, Actualisation quantitative.
12. Professor François GRIN, L’enseignement des langues étrangères comme politique publique. Rapport établi à la demande du Haut Conseil de l’évaluation de l’école, Septembre 2005 – La datumoj estas kalkulitaj laŭ ASSIM
13. Europeans and Languages. Eurobarometer 2005.
http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_237.en.pdf
14. Professor François GRIN, L’enseignement des langues étrangères comme politique publique.

Agradecimentos

Para além do meu consultor, gostaria de agradecer à Dra. Antalóczy Katalin pelas suas valorosas observações.

Agradeço também a Luís Ladeira pela tradução portuguesa deste estudo.

O estudo está disponível no portal <http://www.ekolingvo.com>